

Marcelo Neri: se repetido o padrão de 2003-2008, pobreza cairia à metade e classe AB dobraria em 5 anos. **Página A11**

Cenários de crescimento, desigualdade e pobreza



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Virada de ano, hora para se olhar para trás e para frente, fazer balanços e projeções. No caso de 2010 esse exercício ganha ares de final de década, além de ser o ano I depois da crise (D.C.). Nos 12 meses posteriores a 15 de setembro de 2008 praticamente todas as séries trabalhistas e de classes econômicas disponíveis ficaram no mesmo lugar, isto é: se não regredimos, também não avançamos. Se a comparação for feita em relação aos demais países, a estagnação brasileira de 2009 é de causar inveja aos olhares estrangeiros, à exceção de China, Índia e Coreia. Mas, na comparação com a meia década de ouro — 2003 a 2008 —, não. Vamos inicialmente focar no período 2003-08, quando a renda média do brasileiro volta a crescer a uma taxa média de 5,26% por ano em termos per capita. Usamos esse período de base para o cenário de crescimento pós-crise.

Antes de entrarmos nas incertezas futuras, vamos encarar as incertezas passadas. A magnitude da retomada do crescimento do período 2003-08 depende da base de dados utilizada, nas óticas das contas nacionais e do seu produto mais popular, o

PIB. Mesmo após as sucessivas revisões para cima, enxergamos 3,78% em termos per capita ao ano, velocidade de expansão mais modesta que a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). A diferença acumulada em 5 anos entre renda Pnad e PIB foi de 8,8 pontos de porcentagem. Isso representa mais dois anos em cinco anos. Se usarmos essas taxas como parte de um exercício de futurologia mais elástico de 25 anos, a diferença acumulada de crescimento por brasileiro subiria para 108 pontos de porcentagem. No curso desses 25 anos a renda per capita teria crescido 153% pelo cenário PIB e 261% pelo cenário pnaiano.

É verdade que no longo prazo a discrepância tende a desaparecer. Por exemplo, no período 1995 a 2008 a diferença acumulada é de 2,13 pontos de porcentagem favorável ao PIB. Agora a questão é: havendo ajuste nos próximos anos, o que puxa o que: o PIB puxa a Pnad para baixo, ou a Pnad puxa o PIB para cima.

O relatório da comissão comandada por Amartya Sen e Joseph Stiglitz divulgado em setembro de 2009 constata fortes discrepâncias entre as pesquisas domiciliares e os PIBs mundo afora, sendo as taxas de crescimento do PIB em geral superiores. O relatório argumenta pelo uso das pesquisas domiciliares como medida de performance de uma dada sociedade. Outra vantagem da Pnad é permitir olhar para a distribuição dos frutos do crescimento. O elemento fundamental para traçar-

mos o futuro é o comportamento da desigualdade, a verdadeira jabuticaba brasileira. Esta década nos trouxe, ano após ano, quedas de desigualdade.

Agora quão razoável seria esse cenário de repetir a mudanças ocorridas nos cinco anos de 2003 a 2008 nos próximos cinco de 2010 a 2014. A análise por fonte de renda mostra um crescimento da renda do trabalho no período 2003-08 tão forte quanto as demais, o que sugere alguma sustentabilidade do processo de crescimento com redistribuição progressiva, interrompido mas não revertido com a crise. A tendência das séries de anos de estudo, fundamental tanto para a literatura de crescimento como da de desigualdade dão suporte tanto em nível como dispersão a continuidade da trajetória de crescimento. Nesse aspecto há que se lembrar dos problemas de qualidade de educação — que aqui representam oportunidades de melhorar que é o que importa quando se fala em crescimento, uma vez que hoje há aferição de proficiência por escola pública e metas de desempenho traçadas.

Vou centrar inicialmente num cenário de prazo mais longo encerrado em 2014. Projetaremos para frente o crescimento e a redução de desigualdade do período 2003-08. Esse cenário é possível de ser quantificado usando a desigualdade observada no Espírito do Santo em 2008. Nesse caso é possível obter uma redução de pobreza à metade, 50,32% dos níveis de hoje, isto é caindo de 16,02% da população

em 2008 para 7,96% em 2015. Ora, 2014 é a véspera da data final das metas do milênio. Nós já cumprimos a primeira meta do milênio de fazer a pobreza cair à metade em metade do tempo. Isso significa cumpri-la de novo em cinco anos ao invés de 25 anos. A consequência desse movimento em termos das demais classes é o seguinte: queda da classe D de 18,28% (de 24,35% para 19,9%), aumento da classe C de 14,75% (de 49,2% para 56,48%) e aumento proporcional da classe AB de 50,3% (de 10,48% para 15,66% da população). Ou seja, o cenário auspicioso mostra que se a pobreza cai à metade, a classe AB dobra.

O elemento fundamental para traçarmos o futuro é o comportamento da desigualdade, a verdadeira jabuticaba brasileira

Vamos ilustrar o impacto da desigualdade em cenários assumindo um crescimento balanceado — uma situação onde a desigualdade nem aumenta nem cai. A proporção de pobres cairia 33,32% em cinco anos nesse cenário de crescimento neutro contra 50,32% ajudado pela redução da desigualdade. Ou seja, a pobreza cai pouco mais de 50% a mais se a redistribuição dos últimos anos retornar.

Mas e a curtíssimo prazo? Se ancorarmos 2010 no cenário para 2014, no cená-

rio de redução do Gini dos últimos anos a pobreza cairia cerca de 10% em 2010. Se olharmos todos os possíveis limitadores da nossa expansão de curto prazo, inflação, déficits público e externos não há restrições a vista. O desaquecimento da economia mundial tem sido compensado pelo crescimento do mercado interno impulsionado pela redução do hiato mais brasileiro de todos, a desigualdade. Se não há fatores restritivos para além da restrição dos mercados externos, no curtíssimo prazo há fatores expansionistas no radar. O efeito estatístico denominado “carry-over” que jogou contra em 2009, ano de desaceleração, irá jogar a favor no ano seguinte. A redução generalizada de estoques ocorrida em 2009 sugere que os empresários previram uma recessão pior que a ocorrida e essa queda de estoques atuará como fator expansionista no futuro. O mesmo efeito ocorreu com o emprego formal que já revela a partir de outubro de 2009 sua face expansionista. Finalmente, se 2010 seguir a tradição de todos os anos eleitorais da nova democracia brasileira (na verdade desde 1981), há que se esperar ganho em todas as fontes de renda, nas transferências públicas em particular.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de “Retratos da deficiência”, “Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas” e “Ensaio sociais”.

E-mail: mcneri@fgv.br